

30 PRINCÍPIOS SOBRE O SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO ESTADO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Notas para o curso de Teoria do Estado, do
Mestrado Profissional em Gestão Pública da
EAESP, 23 de agosto de 2010.

Estes princípios pretendem constituir uma teoria histórica do Estado e ser uma alternativa à teoria contratualista. Esta foi uma teoria útil quando surgiu porque validou, legitimou do ponto de vista ideológico, a transformação dos súditos em cidadãos, sendo, portanto, ingrediente da teoria histórica, mas ela própria não tem base na realidade histórica, nem tem condições de explicar a evolução política das sociedades modernas ou capitalistas, ou seja, não dá conta do desenvolvimento político que vem efetivamente ocorrendo desde a revolução capitalista.

Surge o Estado Antigo

1. Os homens são guiados por suas necessidades inatas ou por seus instintos de (a) sobrevivência, (b) convivência, e (c) justiça.
2. Para tornarem os comportamentos previsíveis e, assim, poderem conviver os homens necessitam de regras de convivência ou normas sociais.
3. Nas sociedades primitivas, nas quais não existe a produção regular de um excedente econômico (produção que excede o consumo necessário à sobrevivência), estas normas são definidas de forma tradicional e consensual independentemente de um poder superior para torná-las coercitivas (o Estado). (Nelas não há “estado de natureza” – uma guerra de todos contra todos: existe apenas guerra permanente entre as tribos ou clãs).
4. No momento em que surge esse excedente, o esforço bem sucedido de alguns membros da sociedade para se apropriar desse excedente e transformá-lo em propriedade privada ou comum de uma oligarquia torna a necessidade da criação de um poder soberano, acima de todos os demais, o Estado que defina as leis ou a ordem jurídica.
5. Surgem, então, as leis (as normas sociais dotadas de coercitividade) e o Estado Antigo: o sistema legal e a organização que o garante.
6. O Estado antigo ou original surge quando uma minoria se transforma em *oligarquia* ao lograr impor unilateralmente sua lei (seu contrato) ao *povo* – ao restante da população de uma determinada sociedade em formação. Não se pode, portanto, afirmar que o Estado surgiu de um “contrato social” na medida em que um verdadeiro contrato implica liberdade de contratar e justiça comutativa.
7. A lei imposta pelo Estado Antigo ou *lei oligárquica* não é uma “lei natural”; é

- simplesmente a lei dotada de *validade* que a oligarquia logra impor com êxito à sociedade.
8. A lei oligárquica obriga apenas o povo, não a oligarquia, sendo, portanto, necessariamente injusta (desigual) e arbitrária.
 9. Através da lei a oligarquia se apropria do excedente econômico, reduzindo os vencidos na guerra à escravidão, impondo impostos, e reduzindo os membros de sua sociedade (os súditos da oligarquia) à servidão ou então à simples pobreza.
 10. A sociedade passa, assim, a ser dividida entre os ricos (a oligarquia) e os pobres ou o povo.
 11. A validade da lei oligárquica depende (a) da *segurança* que garante aos súditos (a qual atende minimamente a sua necessidade de sobrevivência); (b) do grau de *desequilíbrio de forças* entre a oligarquia e o restante da sociedade – o povo; e (c) da *capacidade de persuasão* desta oligarquia de que sua lei atende minimamente ao instinto de justiça dos homens.
 12. A lei oligárquica terá tanto mais validade quanto maior for o poder da oligarquia em relação ao povo, e, portanto, quanto mais for aceita sua lei.
 13. O poder da oligarquia em relação ao povo será tanto maior e sua lei terá tanto mais validade quanto maior for sua vantagem em relação a duas variáveis básicas: conhecimento e comando de força militar.
 14. Graças a sua vantagem de conhecimento a oligarquia logra hegemonia ideológico-religiosa ou conhecimento, a oligarquia logra aceitação para sua lei.
 15. Graças a sua força, essa lei oligárquica é dotada de coercitividade; não é mera norma social, mas norma do Estado.
 16. Cada oligarquia busca constituir um império – a unidade político territorial correspondente ao Estado Antigo na qual apenas o povo central (os súditos) está sujeito ao conjunto das leis oligárquicas, enquanto que as colônias estão sujeitas apenas às leis do império que asseguram a coleta dos impostos de forma que nelas sua cultura e suas próprias leis continuam vigentes.
 17. O “objetivo político” do Estado Antigo é apenas o da segurança.

Surge do Estado Moderno

18. O Estado Moderno surge quando a correlação de forças entre a oligarquia e o povo começa a mudar a favor deste último.
19. Historicamente isto acontece quando começa a revolução capitalista e uma nova classe social – a burguesia – se destaca do povo na medida em que adquire conhecimento e dedica-se ao comércio de longa distância e, assim, passa a se apropriar do excedente econômico através do lucro comercial.
20. Nesse primeiro momento da revolução capitalista, a burguesia se alia a uma oligarquia central para dar origem ao Estado-nação (a unidade político-territorial correspondente ao Estado Moderno) no qual deixa gradualmente de existir uma oligarquia e surge um grupo social e político maior que controla o Estado: uma

classe dominante.

21. A revolução capitalista se “completa” em cada Estado-nação quando este realiza sua revolução industrial, de forma a se configurar o processo histórico do *desenvolvimento econômico* no qual o reinvestimento dos lucros com incorporação de progresso técnico passa a necessariamente ocorrer porque, a partir de então, a sobrevivência de cada empresa capitalista passa disto depender.
22. A partir de então a correlação de forças entre a oligarquia e a sociedade organizada politicamente sob a forma de nação ou de sociedade civil começa a mudar *endogenamente*, necessariamente, em favor da sociedade, tendo início o processo de *desenvolvimento político* ou *progresso*.
23. Através do desenvolvimento político o conhecimento deixa de ser prerrogativa da oligarquia para se tornar da burguesia também, e, em seguida, deixa de ser apenas da burguesia, para ser da classe profissional (que, somados, constituem, agora, os ricos) ao mesmo tempo em que e cada vez mais o restante da sociedade – os pobres ou o povo – também aumentam gradualmente seu conhecimento através da educação pública tornada necessária para o desenvolvimento econômico e a competição entre os Estados-nação.
24. Nesse processo de desenvolvimento político, os súditos se transformam em cidadãos, a oligarquia se transforma de governo dotado de crescente legitimidade, o Estado Antigo se transforma no Estado Absoluto (que passa a buscar a autonomia nacional e o desenvolvimento econômico), este, no Estado Liberal (que passa a buscar a liberdade individual no quadro do império da lei), e este no Estado Democrático que buscará adicional e sucessivamente a justiça social e a proteção do ambiente.
25. Enquanto no Estado Antigo e nos respectivos impérios havia apenas um objetivo político, o da segurança, a partir da revolução capitalista, no Estado Moderno e nos respectivos Estado-nação, novos objetivos passam a ser acrescentados um a um – autonomia nacional, bem-estar, liberdade individual, justiça social, e proteção do ambiente – na medida em que, endogenamente, ocorre o desenvolvimento econômico, e o excedente econômico aumenta e passa a ser gradualmente repartido.
26. A cada um destes objetivos corresponderá uma ideologia – nacionalismo, liberalismo, socialismo, e ambientalismo.
27. Na medida em que ocorre o desenvolvimento econômico e político, a correlação de poder e de apropriação do excedente vai gradualmente favorecendo os pobres em relação aos ricos.
28. Este processo de distribuição de poder (democratização) e de distribuição de renda (socialização) não é harmônico, mas contraditório, baseado no conflito e na cooperação.
29. O instrumento que ricos e pobres utilizam nesse processo contraditório de definição de objetivos e ideologias, repartição de poder e de renda, é a *política* – um processo deliberado e contraditório de argumentar e fazer compromissos (*compromises*) para governar ou influenciar o governo.

30. Embora o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento político sejam endógenos nas sociedades capitalistas, através da política os homens e mulheres exercem a sua vontade e, gradualmente, mudam sua sociedade e seu Estado que deixam de ser apenas o reino da necessidade para ser também o da liberdade.